

Handwritten signature and initials in the top right corner.

**ATA DA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOGADOURO**

Mês de abril de 2019

8^a

Aos trinta dias do mês de abril do ano dois mil e dezanove, reuniu a Assembleia Municipal de Mogadouro, pelas nove horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Município, sob a presidência do excelentíssimo Senhor presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Jorge José Martins Dias e das excelentíssimas senhoras secretárias, Anabela Mendes Pereira, primeira secretária e, Carla Alexandra Reis Lousão, segunda secretária. -----

----- Aberta a sessão pelo senhor presidente da Assembleia, procedeu-se à chamada. Verificou-se a existência de quórum para dar início aos trabalhos, estando presentes trinta e oito membros municipais, dos quarenta e três que constituem este órgão, assim relacionados: -----

----- Jorge José Martins Dias, Ilídio Granjo Vaz, Manuel Luís Varandas, Manuel António Preto, Anabela Mendes Pereira, António de Jesus Cordeiro, Rute Solange Quitério Rainha Pacheco, Carla Alexandra Reis Lousão, António Acácio Gonçalves Baptista Cordeiro, Cândido Francisco Fernandes, Altino dos Anjos Aleixo, Corina Lopes Falcão Xavier, Alfredo Justino Ribeiro, Luís José Pinto Lopes, José Luís Felgueiras, Belmiro Joaquim Mendes Ferreira, Amélia Maria Pereira Miguel Machado, Maria Eugénia Batista Cabanal, José Francisco Bento Sanches Branco, Alberto Oliveira da Costa, António Amálio Oliveira, Pedro Manuel Folhento Bento Pires, João de Deus Possacos, Silvina Nogueira Nunes Pereira, Carlos Alberto Telo Figueira, José António Freitas, Francisco José Telo Afonso, Madalena Freitas Cangueiro, Carlos Alberto Sousa Reis, Eliana Isabel Pereira Magalhães, Rui Manuel Pimentel Fernandes, Agostinho Joaquim Fernandes, Maria José Ramos Fernandes, António José Marcos, Américo Rodrigues, José Pedro Ovelheiro Amaro, António Manuel Silva Frade e Manuel dos Anjos Garcia. -----

----- De registar as faltas de comparência à presente sessão dos seguintes membros municipais: -----

- Sandra Cristina Mendo Moura e Maria Teresa Afonso Pimentel Vilariça, enviaram com antecedência as justificações de não presença, consideradas justificadas pela Mesa; -----

- José Francisco Marcos Carrasco, presidente da Junta de Freguesia de Brunhoso, entregou justificação de falta; António dos Santos Aleixo, presidente da Junta de Freguesia de Castro Vicente, comunicou que se mostrava impossibilitado de exercer as suas funções, por motivo de doença, apresentando fotocópia do Certificado de Incapacidade Temporária para o Trabalho por Estado de Doença, considerada justificada; Amílcar André Machado, presidente da Junta de Vila de Ala, que entregou justificação de falta.-----

----- O senhor presidente procedeu ainda à justificação das faltas de comparência dos seguintes membros que, com a devida antecedência comunicaram as faltas e indicaram os seus substitutos: António José Patrão, presidente da Junta de Freguesia de Penas Roias, substituído, por Madalena Freitas Cangueiro, tesoureira e Luís Pedro Martins Lopes, presidente da Junta de Freguesia de Peredo da Bemposta, substituído por, Carlos Alberto Sousa Reis, secretário, prosseguindo com os trabalhos da sessão que contou com a seguinte ordem do dia: -----

ORDEM DO DIA

- 1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----**
- 1.1 ATA DA 7.^a SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE FEVEREIRO DE 2019 – PARA APROVAÇÃO.-----
- 1.2 ATA DA 1.^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 29 DE MARÇO DE 2019 – PARA APROVAÇÃO.-----
- 1.3 INFORMAÇÃO DA CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA E EXPEDIDA.-----
- 1.4 APROVAÇÃO DE VOTO DE PESAR.-----
- 1.5 PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.-----
- 1.6 TRATAMENTO DE ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO.-----
- 2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----**
- 2.1 APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO (AL. C) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º, ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO).-----
- 2.2 DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVOS AO ANO FINANCEIRO DE 2018 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO.-----
- 2.3 PRIMEIRA REVISÃO DO ORÇAMENTO MUNICIPAL DA RECEITA DO ANO DE 2019 – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.-----
- 2.4 PRIMEIRA REVISÃO DO ORÇAMENTO MUNICIPAL DA DESPESA DO ANO DE 2019 – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.-----

2.5 GEMINAÇÃO ENTRE OS MUNICÍPIOS DE MOGADOURO (PORTUGAL) E GROSLAY (FRANÇA) – DESIGNAÇÃO DE DOIS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA INTEGRAREM O COMITÉ DE GEMINAÇÃO – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.-----

2.6 COMPROMISSOS PLURIANUAIS – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS – AM2 ANO 2019 – PARA CONHECIMENTO.-----

3. OUTROS ASSUNTOS.-----

ORDEM DO DIA

1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

----- **1.1 ATA DA 7.^a SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE FEVEREIRO DE 2019 – PARA APROVAÇÃO:** - A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata da sétima sessão ordinária realizada no dia vinte e dois de fevereiro de dois mil e dezanove.-

----- Não participaram na votação desta ata os membros da Assembleia que não estiveram presentes na referida sessão, em cumprimento do disposto no n.º3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo.-----

----- **1.2 ATA DA 1.^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 29 DE MARÇO DE 2019 – PARA APROVAÇÃO:** - A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata da primeira sessão extraordinária realizada no dia vinte e nove de março de dois mil e dezanove.-----

----- Não participaram na votação desta ata os membros da Assembleia que não estiveram presentes na referida sessão, em cumprimento do disposto no n.º3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo.-----

----- **1.3 INFORMAÇÃO DA CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA E EXPEDIDA:** - A Assembleia tomou conhecimento da informação referente à correspondência recebida e expedida da Assembleia Municipal desde a última sessão até ao dia dez de maio de dois mil e dezanove.-----

----- **1.4 APROVAÇÃO DE VOTO DE PESAR:** Por proposta do senhor presidente, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o voto de pesar pelo falecimento do irmão do membro municipal, Belmiro Joaquim Mendes Ferreira, o senhor Carlos Ferreira e apresentar as sentidas condolências à família enlutada.-----

----- **1.5 PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** - Não houve intervenção do público. -----

----- **1.6 TRATAMENTO DE ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO:** - Inscreveram-se para usar a palavra os seguintes membros municipais: António Acácio Gonçalves Baptista Cordeiro; José Francisco Bento Sanches Branco; Manuel Luís Varandas; Alfredo Justino Ribeiro: -----

- INTERVENÇÃO DO MEMBRO MUNICIPAL ANTÓNIO ACÁCIO GONÇALVES BAPTISTA CORDEIRO: Pediu para intervir e disse o seguinte:-----

----- “O que me trás aqui hoje foi, ontem, ao fim do dia fui contactado por um munícipe, e a preocupação dele era a seguinte: -----

----- Ontem estavam a deitar herbicida no jardim da Avenida do Sabor, no jardim central, onde o técnico que estava a deitar o herbicida estava todo equipadinho como mandam as regras e acho muito bem, mas ao mesmo tempo estavam a passar pessoas e carrinhos de bebés. -----

----- A minha pergunta é, eu não sei se, eu não estou a tentar criar problemas a ninguém, só estou a pedir esclarecimentos porque mos pediram. -----

----- A minha pergunta é: -----

Será prudente estarem a passar pessoas enquanto se está a deitar o produto? Seria melhor, se calhar fechar aquilo durante um tempo, não sei, a minha questão é a seguinte, passam crianças deixam cair o chupa-chupa, deixam cair a chupeta a gente dá uma assoprada e mete na boca. -----

----- A minha questão é se não haverá risco de saúde pública.-----

----- E também acho que não haverá tanta necessidade das aldeias e da vila, se calhar abusar tanto no herbicida, porque tem operadores, tem motorroçadoras, não sei, é só uma questão que eu quero perguntar, não quero estar aqui a levantar celeumas. É só um esclarecimento.” -----

- INTERVENÇÃO DO MEMBRO MUNICIPAL JOSÉ FRANCISCO BENTO SANCHES BRANCO: Pediu para intervir e disse o seguinte:-----

----- “Eu queria só por aqui duas ou três situações.-----

----- Uma das obras badaladas por este Município, foi o recinto das raças autóctones. Gostava de saber qual o ponto de situação? Porque vêm no plano com uma proposta de duzentos mil euros, investimento e projeto vêm a zero. -----

----- Outra situação que eu queria saber também, é tão badalada a obra da Câmara que é uma preocupação geral de Mogadouro, a situação da cantina da escola. É para avançar em algum sítio, como é que está a situação da cantina, se vai mudar de sítio ou não? -----

----- Outra situação que se passou comigo no fim-de-semana: fui dar uma volta por aí, fui visitar a Quinta de Nogueira e qual é o meu espanto, para sair da Quinta de Nogueira para a reta dos arames, a seguir à curva onde houve o acidente do *Quintas* e o *Verde*, não sei como se chama ali aquilo, o caminho está cortado. Não sei quem cortou, se é responsabilidade da

Câmara se é da Junta de Mogadouro, sei que eu vinha de lá e o caminho foi cortado ali junto ao nó da IC5, não sei se o IC5 teve autorização para fazer aquela passagem subterrânea, é nessa parte que está cortado o caminho, gostava de saber o ponto de situação.-----

----- Outra situação é a estrada que liga a estrada nacional que vai para Miranda para a Estação de Mogadouro, logo no cruzamento que sai da estrada nacional está ali um aterro do lado direito junto à estrada e aquilo que nós tivemos conhecimento é que passa ali uma linha de água por baixo da estrada, tem aquedutos. A Câmara pagou as manilhas para ligar da estrada para a linha de água mais à frente, numa terra de um particular?-----

----- Queria confirmar, senhor presidente, se foi verdade ou não que a Câmara mandou por lá as manilhas com homens deles, com máquinas, com a retro e depois o particular alisou o terreno e agora está ao nível da estrada, não sei se vai fazer alguma construção ali ou se não, mas queria que confirmasse se a Câmara pagou ou não as manilhas nesse terreno.” -----

- INTERVENÇÃO DO MEMBRO MUNICIPAL MANUEL LUÍS VARANDAS: - Pediu para intervir e disse o seguinte:-----

----- “Numa deslocação recente a Espanha observei alterações, na rotunda de entrada para Bemposta, a minha curiosidade levou-me a uma paragem. -

----- Foi com agradável surpresa que vi os melhoramentos feitos, um portal em granito, várias pedras soltas com alguma lógica e na outra extremidade uma escultura também em granito, gostei. -----

----- Na bota esquerda da escultura está gravado *Falcão*, na base pode ler-se “O Diabo Chocalheiro Mouro”. -----

----- O escultor *Falcão* é natural de Bemposta, o embelezamento das localidades com recurso a gentes da terra é sempre de louvar. Está de parabéns Bemposta, o escultor e porque não Mogadouro que, provavelmente pagou esta obra. -----

----- Quem ganha com esta obra? A população da freguesia, o concelho e todos aqueles que por qualquer motivo passem por esta localidade. -----

----- No passado, alguém achou que uma das principais rotundas de entrada para Mogadouro, não merecia mais que uns farragachos de um lagar tradicional dispostos aleatoriamente. Sem desprestígio, e na minha opinião os salvados de um lagar antigo adaptavam-se melhor a uma praça de qualquer aldeia da corda da ribeirinha do Sabor. A produção de azeitona e azeite tem uma importância económica relevante nestas localidades, todas elas tiveram lagares tradicionais, algumas mais que um, era uma questão de história, Mogadouro merecia mais. -----

----- O desenvolvimento de um concelho não se mede só em betão armado, reconheço que é importante, mas não chega. Ainda não perdi a esperança de ver uma ou as duas rotundas que dão acesso a Mogadouro por Vimioso e Macedo de Cavaleiros de acordo com os pergaminhos que Mogadouro merece, uma vez que, o município já está preocupado com as

casas da cultura. -----
----- E porque não, elogiar todos aqueles que de uma forma direta ou indiretamente contribuíram para levar a bom porto o excelente programa integrado nas comemorações do quadragésimo quinto aniversário da revolução de abril.”-----

- INTERVENÇÃO DO MEMBRO MUNICIPAL ALFREDO JUSTINO RIBEIRO: - Leu a seguinte intervenção:-----

----- “O que move o Executivo Socialista? O que motiva o poder socialista? Como ocupa o tempo o Governo Autárquico Socialista?-----

----- São perguntas que se fazem diariamente, na tentativa de encontrar uma resposta ao que devia existir, mas não existe: governo autárquico!-----

----- Bem sei que o Governo Autárquico Socialista adoraria não ouvir estas perguntas, porque, ao serem feitas, significa, desde logo, que o Poder Socialista não está como gostaria de estar: sozinho, sem o aborrecimento do contraditório, e sem a voz de uma oposição firme e descomprometida.---

----- Mas aqui me têm! Com a audácia de quem não teme, e a convicção de que há outro caminho. Um caminho de quem vê futuro num concelho que não avança, porque não há Governo nem rumo!-----

----- Por isso as minhas perguntas iniciais.-----

----- Vejo espanto e indignação fingida nas perguntas formuladas.-----

----- Mas, Excelentíssima Assembleia, não há que ficar incrédulo quando o valor estratégico do concelho não é acautelado?-----

----- Não há que ficar indignado quando constatamos que o Poder Socialista só se põe listo quando é para ajudar os seus, mesmo que seja para prejuízo do bem comum?-----

----- Não há que ficar perplexo, quando verificamos que o executivo socialista, por via direta, ou por recado encomendado, atropela grosseiramente a Lei e legítima de forma atabalhoada um órgão autárquico de freguesia?-----

----- Bem sabemos, que ao serem atabalhoados, estão a ser coerentes com aquilo que são, mas os cidadãos, as instituições e o concelho no seu todo, não merecem tanto desleixo!-----

----- Excelentíssima Assembleia, Excelentíssimo Executivo:-----

----- Devem um pedido de desculpas ao concelho, mas em particular aos Municípios e eleitos locais para a União de Freguesia de Remondes e Soutelo!-----

----- Desrespeitaram o que de mais sagrado deve haver na regulação das Instituições: o respeito pela Lei e pelo Direito.-----

----- Quem assim faz, demonstra a banalidade com que se encara a nobre arte de governar. Quem assim procede, demonstra que se enganou no *slogan* de campanha. Na verdade, o ideal que o Poder Socialista Autárquico prossegue, não é “As Pessoas Primeiro”, mas sim “Tudo Vale”!-----

7/12/7
Q

----- Não pode ser!-----

----- Se as leis da ética chumbam as práticas constantes do governo autárquico atabalhoado, os tribunais encarregam-se de repor a verdade e a justiça. Mas, se mal com a observância das regras, pior com a defesa intransigente dos interesses do concelho.-----

----- O que dizer da contratação de serviços de consultoria em recursos humanos, com o propósito de acabar com a precaridade? Continua este executivo a ter um comportamento reprovável ao fomentar a precaridade com o objetivo único da subserviência e do condicionalismo moral.-----

----- Veja-se o caso da empresa prestadora de serviços no Posto de Turismo e Centro Interpretativo do Mundo Rural! Em bom rigor trata-se de emprego precário.-----

----- O que tem a dizer o Governo Socialista, mais preocupado em criar feudos, do que a fidelizar os interesses da Comunidade Escolar e respetivas famílias, quando não é capaz de garantir financiamento para a construção da cantina escolar?!-----

----- Excelentíssima Assembleia, Excelentíssimo Executivo-do-deixa-andar: Que explicações tem a dar o senhor Presidente para tamanha inabilidade política e de gestão? Como é possível deixar fugir um financiamento para uma obra fundamental? Mogadouro, seja em que plataforma for, não pode ter uma atitude de submissão, miopia e passividade. Os Mogadourenses não o merecem, nem o podem tolerar! Mogadouro tem, infelizmente, um Governo Autárquico que age contra Mogadouro! Não o tolerarei no âmbito da minha responsabilidade política! Sou e serei sempre um defensor dos interesses do meu concelho e dos meus concidadãos. Os investimentos estruturais não têm ideologia ou filiação partidária. São de todos e para todos. Basta de irresponsabilidade!-----

----- Perguntava o antigo presidente Kennedy, dirigindo-se aos Norte-Americanos: “não perguntes o que teu país pode fazer por ti, mas o que tu podes fazer pelo teu país”.-----

----- Ao Governo Autárquico-deixa-andar, pergunto: - Alguma vez se perguntaram, no âmbito das vossas funções “O que podemos fazer pelo nosso concelho?”-----

----- A resposta é simples: Nunca perguntaram, e nada podem fazer porque nada sabem. Mas daqui a dois anos, estou certo, os nossos concidadãos vão responder à pergunta do presidente Kennedy.-----

----- Cá estaremos, porque governar é coisa séria!”-----

- INTERVENÇÃO DO MEMBRO MUNICIPAL JOSÉ FRANCISCO BENTO SANCHES BRANCO: Pediu para intervir novamente para dizer o seguinte:-----

----- “Desculpem, é só uma situação:-----

----- Senhor presidente, naquela ligação que vêm do IC5 para a Zona Industrial junto à rotunda, está um sinal colocado, quem desce, proíbe

bicicletas e animais. Acho que esse sinal não está próprio para aquela estrada!-----

----- Pessoas que queiram andar de bicicleta, chegam ali e não podem descer à rotunda e passar ali. Era esse o ponto que me esqueci e outra situação:-----

----- Sobre o Sotto Mayor, a Casa das Associações, penso que deve estar quase concluída, se não estiver, falta pouco.-----

----- Queria saber quais são as associações que vão para lá?-----

----- Se já há associações destinadas para ocupar o espaço?-----

----- Penso que embeleza aqui a zona de Mogadouro.-----

----- Outra situação:-----

----- A Câmara está a pensar em meter mais precários ou não, ou se já acabou a questão dos precários.”-----

- **RESPOSTA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL FRANCISCO JOSÉ MATEUS ALBUQUERQUE GUIMARÃES:** “Começo por responder a esta questão e bem colocada pelo Acácio Cordeiro, relativamente à questão do lançamento do herbicida. Pelos vistos foi efetuado ontem.-----

----- O herbicida que nós usamos é biológico é o “Arbonal STAR”. Na ficha de segurança, nem o símbolo de veneno lá tem. De qualquer maneira, fica o alerta para eu alertar os nossos serviços e, já agora perceber efetivamente que herbicida nós estamos a deitar. Nem sei porque é que eles andaram ontem a deitar naquele sítio!-----

Está-me a dizer junto às roseiras? Eu não sei onde foi.-----

----- Eu já mandei uma mensagem ao Emídio para ele não deitar herbicida durante o dia, principalmente nessa situação, é claro que traz sempre inconvenientes. Mas tem toda a razão. Fica a recomendação, é sempre bom.-----

----- Relativamente a algumas questões colocadas pelos outros deputados, começo por responder: -----

----- Em relação ao recinto das raças autóctones, está em fase final o lançamento do concurso público, sendo certo que estávamos à espera que o PRODER nesta reprogramação do quadro vinte vinte, nos dissesse qual o valor que iríamos ter relativamente ao nosso PRODER, já sabemos que está para discussão o documento público final, pelo menos, chegou-me às mãos anteontem, não refere ainda valores, sendo certo que agora as CIM's ir-se-ão pronunciar sobre os valores que ali estão apresentados. De qualquer maneira, nós avançamos com o projeto da forma como estava e virá mais algum financiamento não aquele que gostaríamos de ver, mas isso estamos todos prejudicados a nível nacional. Aliás, só para termos uma ideia do financiamento inicial pedido, inicialmente tínhamos na CIM onze milhões, o PRODER passou para quatro milhões, ou seja, fomos todos prejudicados, os nove concelhos, neste fundo comunitário.-----

M. J. J. J.
J.

----- Depois falou-me na cantina e refeitório escolar, e aqui, refiro já duas situações que foram levantadas.-----

----- A cantina e refeitório escolar foi objeto de candidatura aos equipamentos escolares, e desde o início a Câmara de Mogadouro mostrou-se firme nisso. Eu tenho, e volto aqui, em frente a vós e, sem problema nenhum dizer-vos que, na última reunião que tivemos discutimos os equipamentos escolares. Da minha parte foi ameaçado o Ministério, que não faríamos a cantina nem faríamos a reformulação da cantina da forma como ela está prevista se não houvesse financiamento. E isto, porque, nesta reprogramação voltava a ficar só Alfândega e Vinhais com financiamento, e os outros concelhos sem nenhum. Isto não pode ser, eu próprio disse à frente do senhor presidente da Comissão de Coordenação que não concordava com isso e como forma de protesto, fazia a cantina e o refeitório sem intenção escolar, ou seja, depois o Ministério quando quisesse alugaria efetivamente os serviços, e eu queria então a comparticipação. Que ficassem lá com ela. Felizmente, parece que fui ouvido, não só Mogadouro, mas também os outros que estavam na mesma situação porque não compreendemos, porque é que há uma reprogramação em relação a Alfândega e em relação à questão de Vinhais, e esquecem-se que os outros municípios tinham financiamento neste quadro comunitário nos equipamentos escolares, não tinham sido contemplados, aqueles que, de facto, tinham as obras e não estavam no pacto, elas têm de estar no pacto e aprovadas pelo Ministério da Educação. O que sabemos agora é que o dinheiro virá reforçado para a CIM, e a CIM, aí sim, irá ter as condições para depois distribuir o dinheiro que virá. Não é que venha muito, mas pelo menos já fomos ouvidos, e a nossa forma é que, não tenho esta posição firme, não tenho vergonha de o dizer, inclusivamente ameacei que abandonaria a sessão se Mogadouro não fosse ouvido, porque já o fiz outra vez em Macedo de Cavaleiros no início do meu mandato em que abandonei uma sessão por causa do debate dos equipamentos escolares e consegui que introduzissem a cantina escolar nessa altura no pacto. Desta vez, continuamos na mesma, não nos queriam dar dinheiro, mas é para isso que cá estou, para lutar pelo meu concelho, essencialmente pelo nosso desenvolvimento, aquilo que eu entendo que deve ser. Relativamente ao sítio que ela está, é o antigo ciclo preparatório para poder estar englobado dentro daquilo que é o âmbito escolar, e assim evitarmos que os alunos saiam do recinto escolar. Para além da cantina, também tem um auditório para cerca de cem pessoas que a escola não tinha e na altura nos tinha pedido e, portanto, também engloba um auditório com cerca de cem pessoas, nas salas, salvo erro, de inglês. Eu não sei muito bem como lhe chamam agora, são as salas que são contínuas ali, entre o nosso pavilhão, além disso contemplar também um auditoriozinho já que o Agrupamento de Escolas sempre que quer fazer uma reunião, tem de se deslocar fora e

Handwritten signature

assim ficaria dentro do âmbito escolar.-----

----- Depois colocou-nos aqui a questão do caminho cortado junto à passagem subterrânea. Eu não sei se o senhor presidente da Junta tem conhecimento disto, de qualquer maneira é importante ir junto do IC5, foi o caminho que não teve continuidade do IC5. Foi expropriado, mas só uma parte. Já na altura os herdeiros desta parcela de terreno se tinham imposto com a entrada do caminho, que ali não era caminho. Eu não sabia que já o tinham cortado novamente, porque ele esteve aberto, aliás, nós fizemos uma parte. Eu iria pedir já que ele está aqui, o senhor presidente da Junta que indague junto, que é sua a responsabilidade relativamente aos caminhos.-----

----- Se quiser vir aqui responder. De qualquer maneira, eu agradecia em conjunto consigo, se houver necessidade, de irmos ao próprio responsável da concessão do IC5 ver o que se passa, porque ali colocaram *tout-venant* no início. Mas podemos marcar com a ASCENDI. -----

----- Pôs aqui uma questão que eu efetivamente pedi que me fossem verificar o que se está a passar com essa colocação de manilhas. Sei que há um munícipe que pediu colocação de manilhas que lhe atravessavam o caminho para libertar as águas, foi-lhe deferido aqui, o resto posso depois ver porque ainda não me trouxeram o documento à minha mesa, mal o tenha não me importo de o dar, não só o pedido mas também o despacho. Não posso dizer mais nada porque não sei.-----

----- Aquela proibição do sinal que está na variante é uma proibição que diz respeito efetivamente já ao projeto, constava essa sinalização de proibição de animais e ciclistas, porque aquilo é uma variante, têm trânsito pesado e nós temos que evitar alguma situação menos agradável. É para manter. Só está no sentido descendente porque só tem uma faixa, enquanto que o ascendente tem duas.-----

----- Neste momento o que foi solicitado para colocarmos lá em baixo nos dois sentidos foi o sinal de proibição com exceção de tratores, porque os tratores têm de passar ali, para poderem transportar a azeitona. -----

----- A casa das associações está em fase final de construção. Efetivamente, neste momento o que está ali depois quando for inaugurada, verá, para já, é destinada à casa da gaita e do gaiteiro. Ali ensina-se e constrói-se a gaita de fole. É esse o intuito com que ela foi construída, de qualquer maneira o espaço depois temos que o adaptar de acordo com o que nos fica disponível. -----

----- Os precários já terminou, não sei porque perguntou, não sei se foi o Zé, mas os precários, esse processo já terminou há bastante tempo.”-----

- **INTERVENÇÃO DO MEMBRO MUNICIPAL JOSÉ ANTÓNIO FREITAS:** Pediu para intervir e disse o seguinte:-----

----- “Eu também tive conhecimento ontem por volta da hora de almoço. A seguir ao almoço, desloquei-me e realmente vi aquilo tudo cortado.

Comuniquei com a GNR, uma patrulha deslocou-se ao local e tomamos conhecimento. A patrulha telefonou ao senhor, e o senhor disse que aquilo era propriedade dele.-----

----- Agora aguardamos o que realmente o senhor tem para apresentar, como diz que é propriedade dele. Aquilo é um caminho que há anos existe e que dava acesso à Quinta de Nogueira, embora realmente atravessasse um terreno que faz parte da Quinta, mas não estou a ver que existam documentos que digam que o caminho é dele.-----

Mas aguardamos e vamos ver o que realmente vai acontecer, ver o que ele tem para apresentar na GNR.-----

É o que posso dizer neste momento. Porque já outra vez ele tentou cortar o caminho encostado ao IC5, mas tive conhecimento, fui ter com ele e mostrei-lhe documentos da ASCENDI, em como realmente aquilo não era dele, aquilo tinha sido pago, só que infelizmente ele queria (como lhe pagaram aos outros) que lhe pagassem outra vez a ele.”-----

2.PERÍODO DA ORDEM DO DIA

----- **2.1 APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO (al. c) do n.º 2 do artigo 25.º, anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro):** - Nos termos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º, anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia apreciou e tomou conhecimento das atividades que constavam nas agendas de trabalho do senhor presidente da Câmara, Francisco Guimarães e dos senhores vereadores em regime de permanência a tempo inteiro, Evaristo Neves, Joana da Silva e Virgínia Vieira, no período compreendido entre a última sessão ordinária e esta. -----

----- Quanto à situação financeira do município de Mogadouro, à data de quinze de abril de dois mil e dezanove, era a seguinte: -----

“Dívida em 12/04/2019 -----

| | |
|--------------------------------------|---------------------|
| - A fornecedores | 270.207,63€ ----- |
| - A empreiteiros | 0,00€ ----- |
| - Empréstimos em dívida | 1.291.440,53€ ----- |
| - Leasings | 0,00€ ----- |
| - Encargos para o presente ano | 431.754,71€ ----- |

Saldo em 12/04/2019 -----

| | |
|---------------------------------------|---------------------|
| - Orçamental | 3.380.470,12€ ----- |
| - Operações de tesouraria | 361.913,09€ ----- |
| - Em documentos | 45.542,46€ ----- |
| - Fundos comunitários a receber | 200.003,71€.” ----- |

----- 2.2 DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVOS AO ANO FINANCEIRO DE 2018 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO :

- Começou por usar a palavra o Senhor Presidente da Câmara para ler o seguinte: -----

----- “No estrito cumprimento do preceituado nos diplomas legais em vigor, concretamente o que refere a alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º e alínea i) do artigo 33.º e da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foram elaborados os documentos de prestação de contas, relativos ao ano financeiro de dois mil e dezoito, pelo que o órgão executivo submete à apreciação e votação da Câmara Municipal e Assembleia Municipal os documentos de prestação de contas do ano económico de dois mil de dezoito.-----

----- A obrigação de submissão ao órgão deliberativo para apreciação das contas da autarquia está patente no n.º1 do artigo 76º da Lei 73/2013, de 3 de setembro.-----

----- O POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei 54-A/99 refere como documentos de Prestação de Contas das autarquias locais que as remetem ao Tribunal de Contas o Balanço; a Demonstração de Resultados; os Mapas de Execução Orçamental; os Anexos às Demonstrações Financeiras e o Relatório de Gestão.-----

----- O relatório de gestão é um instrumentos importante no diagnóstico e avaliação da evolução da atividade do município, não só porque a sua função é facultar a leitura dos indicadores económicos e financeiros em relação ao período em análise, mas também porque permite verificar com rigor o modo como os recursos foram utilizados e também o nível de eficiência e eficácia atingidos na prossecução dos objetivos estabelecidos, nos termos e das decisões e deliberações dos órgãos autárquicos competentes, especialmente quando da aprovação dos documentos previsionais. -----

----- O presente documento é elaborado à luz dos princípios anteriormente enunciados, na estrita observância dos normativos legais que lhe respeitam num exercício que visam elucidar os titulares dos órgãos autárquicos e os municípios em geral sobre os seguintes indicadores: a execução orçamental, reportando o nível de execução orçamental da despesa realizada e o montante da receita arrecadada, os desvios registados relativamente à proposta de execução orçamental inicialmente aprovada, não esquecendo a avaliação do grau de concretização das Grandes Opções do Plano inscritas no Plano Plurianual de Investimentos e das Atividades mais relevantes; a situação económica do Município no final do ano de exercício sujeita a análise segundo uma perspetiva de evolução de gestão dos diferentes setores de atividade, nomeadamente, no que respeita aos investimentos realizados, às estruturas de funcionamento e respetivos custos e proveitos; a situação financeira reportada ao momento de encerramento do exercício, de acordo com os indicadores de gestão financeira apropriados, análise dos

Handwritten initials and a signature in the top right corner.

balanços e demonstração dos resultados; a evolução do passivo do município, considerando a sua antiguidade e separando as dívidas de curto prazo, médio e longo e de terceiros; a proposta de aplicação do resultado líquido do exercício e, finalmente e, caso se venham a verificar, os factos que sejam considerados relevantes e tenham ocorrido após o fecho do exercício. -----

----- De acordo com o estabelecido no POCAL a análise aos resultados atrás referidos é apresentada em duas perspetivas distintas, primeira na perspetiva orçamental onde estão apresentados os níveis de execução do orçamento numa ótica de caixa, contemplando numa análise discriminada de toda a receita arrecadada, bem como toda a despesa realizada.-----

----- Na perspetiva patrimonial onde estão expostas e analisadas as contas de maior relevo e inscritas nos principais documentos contabilísticos, ou seja, no balanço, na demonstração dos resultados e seus correspondentes anexos. Por outro lado, estes documentos refletem do ponto de vista financeiro à data de trinta e um de dezembro de dois mil e dezoito o património municipal, o passivo, a origem da formação de resultados e ainda o destino dado aos recursos financeiros no ano económico em apreciação. -----

----- Tendo em conta que o relatório de gestão é apenas um dos documentos de prestação de contas para uma completa e mais cuidada apreciação devem também ser analisados os dados inscritos nas restantes peças que o acompanham, designadamente as seguintes, o balanço, demonstração dos resultados, mapa de execução orçamental, quer da receita quer da despesa quer das grandes opções do plano, mapa de fluxos de caixa, mapa de operações de tesouraria, anexo às demonstrações financeiras, notas ao balanço e demonstração de resultados, caracterização da entidade, relatório de gestão e certificação legal de contas. -----

----- Do relatório de gestão consta ainda um documento da responsabilidade do Revisor Oficial de Contas com a certificação legal de contas e o respetivo parecer, e a relação dos encargos assumidos e não pagos à data de trinta e um de dezembro de dois mil e dezoito.-----

----- Linhas de intervenção. Primeira Educação e Cultura.-----

----- A Biblioteca Municipal Trindade Coelho (BMTTC) pretende ser um “organismo vivo”, um espaço de lazer, de cultura e para a cultura, e deste modo, através do seu serviço de extensão cultural, promove, para os seus diferentes públicos, atividades culturais de diferentes tipologias.-----

----- Neste sentido, durante o ano de dois mil e dezoito, realizaram-se na Biblioteca Municipal diversas e variadas atividades: horas do conto, horas do DVD, cinema para seniores – CINEMEMÓRIA, ateliês de expressão plástica, exposições e mostras bibliográficas, visitas guiadas, apresentações de livros, encontros com escritores, formações diversas, leituras seniores, concursos de leitura entre outros.-----

----- Durante o ano findo, a Biblioteca Municipal Trindade Coelho (BMTC), esteve aberta ao público duzentos e quarenta e seis dias e foi visitada por treze mil cento e oitenta e oito utilizadores/leitores.-----

----- Esta instituição concretizou cento e setenta e duas atividades, realizou dois mil e trezentos e cinquenta e quatro pedidos de empréstimo domiciliário e quatro pedidos de empréstimo interbibliotecas.-----

----- Ao longo do ano de dois mil e dezoito adquiriu ainda diversos documentos, para atualização do fundo bibliográfico, num valor total de cinco mil novecentos e cinquenta e nove euros e oito cêntimos).-----

----- Pretende-se então, desta forma, criar uma Biblioteca do e para o séc. XXI, ativa na sua comunidade e pró-ativa no desenvolvimento de uma sociedade cada vez mais desenvolvida, exigente, consciente, interessada e, acima de tudo, mais informada.-----

----- Ainda nesta área: apoiamos a apresentação de vários livros; realizamos mais uma edição da Feira do Livro; continuámos o apoio às atividades de enriquecimento curricular, em articulação com as associações de pais e agrupamentos de escolas; atribuímos prémios de mérito a alunos em parceria com o Agrupamento de Escolas; continuamos a colaborar com o Agrupamento de Escolas em diversas vertentes com patrocínio da Universidade júnior: acompanhámos e monitorizámos os diversos setores da atividade educativa, tais como transportes escolares, refeições escolares e equipamentos escolares; organizamos mais um desfile de Carnaval que registou um número significativo de participantes; atribuímos auxílios económicos escolares nos Ensinos Pré-escolar, e Básico 1º Ciclo, designadamente através do fornecimento de refeições, prolongamento de horário e oferta dos livros escolares; cedemos gratuitamente todos os Transportes Escolares a todos os graus de Ensino de Mogadouro; promovemos aulas de música e ginástica, ministradas pelos Técnicos das AEC"s, a todos que as pretendam frequentar; promovemos o espetáculo de teatro "Animália" e "Trindade a Sete"; organizamos as Comemorações do 25 de abril e das amendoeiras em flor onde se inserem o X BTT e a XVI prova do Circuito Nacional de Montanha; desenvolvemos ainda um conjunto de atividades direcionadas para crianças, famílias e idosos como dia Mundial da Criança, o Concerto de Natal das Oficinas de Música, o Concurso de Presépios, o XVI encontro de anciãos e X Encontro dos Cantares dos Reis; promovemos a XX Encontro Micológico Transmontano, a X Semana Gastronómica Micológica e a III Feira de Cogumelos e Produtos Locais; organizamos várias exposições no Posto de Turismo, no Centro Interpretativo as temática "da azeitona ao azeite" e a do "mel" que registaram trezentos e trinta e três e cento e oitenta visitantes respetivamente; promovemos a organização das comemorações do dia internacional dos Museus e dos Monumentos e Sítios; patrocinamos mais um concurso de Bovinos de Raça Mirandesa; organizamos mais um festival

Handwritten signature and initials in the top right corner.

da Terra Transmontana; participamos no encontro de Música Dança Tradicional Trasmontana, na Bolsa de Turismo de Lisboa, no festival da Máscara em Zamora, na mascarada ibérica em Viana do Bolo e Vilarinho do Conso, na recriação histórica em Medina del Campo e ainda uma saída a Salsas.-----

----- Segundo: Saúde e Qualidade de Vida.-----

----- Concretizámos o programa de Ocupação dos Tempos Livres das crianças e jovens através do programa das Férias da Páscoa, de Verão e de Natal em Movimento; procedemos a atribuição de subsídios para compra de medicamentos a setenta pessoas cujo rendimento mensal é manifestamente baixo o que corresponde a um aumento de quatro em relação ao ano de dois mil e dezassete, traduzido num custo de quatorze mil e quatrocentos e oitenta e cinco e quarenta e nove euros; durante o ano de dois mil e dezoito foram realizadas duzentas e cinquenta e quatro deslocações ao Instituto Português de Oncologia no Porto e outros hospitais do Porto o que representa um aumento de vinte deslocações face a dois mil e dezassete, tendo sido transportados setecentas e quatro pessoas que realizaram mil e trinta e cinco consultas e exames, a pessoas que precisavam de cuidados médicos. O número real de utentes é de duzentos e setenta e três uma vez que muitos deles fazem várias deslocações. O custo total desta medida foi de quarenta e quatro mil e seiscentos e noventa e oito e quarenta e cinco euros; promovemos aulas de dança e de música através da contratação de empresas da especialidade, culminada com o Festival de danças de Salão para além dos concertos “Cais da Saudade” da Associação José Afonso, do concerto solidário da Banda Filarmónica do B.V. de Mogadouro entre outros; no âmbito do Protocolo de Cooperação do Serviço de Teleassistência domiciliária, estiveram em funcionamento quarenta e um aparelhos para idosos em situação de dependência e isolamento social; organizamos a recriação da Via Sacra, com a participação massiva da população da local. Mantemos o protocolo de colaboração do Planalto Mirandês para os cuidados paliativos; realizaram-se palestras de prevenção do cancro; promovemos o dia mundial dos Avós.-----

----- Terceiro: Desporto.-----

----- Organizamos a Gala do Desporto; apoiamos através da concessão de subsídios e cedência de transporte, as Associações desportivas do concelho; realizamos o torneio de futebol inter aldeias; promovemos aulas de ginástica, acompanhadas por técnicos da especialidade; apoiamos os passeios pedestres organizados nas diversas freguesias; organizamos mais um Red Burros Fly-In; continuamos a aposta no acolhimento e atração de eventos desportivos como o Gira vólei e a prova de Triatlo; colocamos uma pista de gelo durante 15 dias, para a prática de patinagem.-----

----- Quarto: no âmbito da Ação Social.-----

----- Promovemos mais uma edição da Feira Social que registou um volume considerável de vendas com a participação de onze entidades; apoiamos seis famílias carenciadas através do pagamento das rendas de suas habitações; procedemos à melhoria de alojamento de três famílias com dificuldades financeiras com grandes reparações nas suas casas; apoiamos financeiramente instituições de solidariedade social, como a Santa Casa de Misericórdia e Cruz Vermelha através da celebração de protocolos; foram atribuídos quarenta e seis cabazes de Natal a famílias mais carenciadas tendo aumentado três em relação ao ano anterior.-----

----- Quinto: no âmbito da Segurança. -----

----- Mantemos o apoio e o acompanhamento da Comissão Municipal de Proteção Civil; continuamos a apoiar, através da celebração de protocolos, a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Mogadouro tendo em vista a melhor gestão do Corpo de Bombeiros; continuamos a representar o Município na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens e a apoiar o seu funcionamento, com vista a promover os direitos da criança e do jovem e a prevenir ou pôr termo a situações de perigo.-----

----- Sexto: no âmbito da Atração e Dinamização da Iniciativa Empresarial.-----

----- Atribuímos de acordo com o Regulamento de Apoio a Iniciativas Empresariais Económicas de interesse Municipal, para apoio à criação/manutenção de postos de trabalho, subsídios a criação de quarenta e sete novos postos de trabalho; continuamos a apostar na organização e/ou apoio de eventos que potenciem a valorização da gastronomia e na promoção dos produtos locais, nomeadamente através da Feira dos Gorazes, Feira Franca/Amendoeiras em flor e Festival Terra Transmontana, que além de permitirem uma maior visibilidade e melhor oferta de negócio dos produtos regionais, expostos pela população do concelho, atrai também a participação de expositores dos mais variados e longínquos locais do país; apoiamos os produtores pecuários nas despesas com a vacinação.-----

- Passo agora à análise de execução no que diz respeito ao QREN, PORTUGAL 2020 e outros financiamentos.-----

----- O Acordo de Parceria "Portugal 2020", explicita a estratégia, identifica as prioridades e as modalidades de utilização dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) em Portugal no período temporal dois mil e quatorze e dois mil e vinte.-----

----- Para acesso aos mesmos, e tal como aconteceu no quadro comunitário anterior (QREN), Mogadouro integra a Região Norte, competindo à CCDR Norte, gerir o Programa Operacional "Norte 2020" para aplicação dos fundos europeus no Norte de Portugal durante aquele período.-----

----- Durante o ano em análise foram ainda registados alguns movimentos correspondentes ao fecho de algumas candidaturas ao abrigo do anterior

quadro (QREN 2007/2013), mas o destaque vai inteiramente para o novo Quadro Portugal 2020 que conjuntamente, concorrem para que o nosso Concelho fique mais desenvolvido e possibilite à população mais bem-estar, mais e melhor qualificação e também mais e melhor emprego.-----

----- Os projetos a desenvolver, os que estão em curso ou os que foram já concluídos, visam proporcionar uma melhor qualidade de vida às nossas gentes.-----

----- O quadro que se segue, reflete os montantes apresentados e aprovados para o Município de Mogadouro, nos diversos programas e variadas áreas, fazendo referência apenas aos que tiveram execução ou foram aprovados ao longo do ano de dois mil e dezoito.-----

----- No final do ano dois mil e dezoito, o Município de Mogadouro, tinha projetos aprovados no valor de cinco milhões trezentos e cinquenta e cinco mil e oitocentos e quarenta e um euros e oitenta cêntimos (5.355.841,80€), o que correspondia a um volume de investimento de seis milhões novecentos e setenta mil e duzentos e dois euros e cinquenta cêntimos (6.970.202,50€), sendo que, alguns deles vêm já de anos anteriores e outros ainda que não têm execução financeira.-----

----- Verificamos que no final de dois mil e dezoito o Município de Mogadouro tem projetos ou ações aprovadas e não recebidas no valor de quatro milhões e quatrocentos e cinquenta e três mil e duzentos e trinta e seis euros e vinte e oito cêntimos (4.453.236,28€), sendo que alguns deles, têm prazo de execução por mais que um ano, e outros que ainda não têm execução, significando que se trata de um valor que não vai ser recebido na totalidade em dois mil e dezanove.-----

----- Gestão Financeira.-----

----- O Relatório de Gestão procura evidenciar a situação económica e financeira da autarquia no final do ano de dois mil e dezoito, permitindo assim o conhecimento real sobre a eficácia atingida sobre os objetivos traçados nas Grandes Opções do Plano e Orçamento aprovados para o mesmo ano.-----

----- O orçamento apresenta a previsão anual das receitas, bem como das despesas de acordo com o ponto 2.3.2 das considerações técnicas do POCAL, pelo que como em qualquer análise e independentemente do cumprimento dos princípios orçamentais e das regras previsionais na sua elaboração, está sempre sujeito a correções pelo impacto financeiro de situações não previstas.-----

----- Nos termos do ponto 8.3.1 das considerações técnicas atrás citadas, essa é uma faculdade que pode assumir a forma de alteração que pode incluir reforços de dotações de despesas em contrapartida de diminuições ou anulações de outras dotações, ou revisão orçamental, que dando origem ao aumento global da despesa prevista, implica sempre uma revisão ao orçamento.-----

4/11/15

----- Desde a entrada em vigor da Lei n.º 22/2015, de 17 de março, que introduziu alterações à Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro - Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso - LCPA, entretanto regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, foram impostas novas regras na assunção de compromissos e pagamentos em atraso das entidades públicas, a qual representa um importante instrumento de controlo da execução orçamental. Ao impor o cálculo dos fundos disponíveis antes da assunção de qualquer compromisso, funciona como medida cautelar na gestão municipal, reduzindo assim o risco orçamental na medida em que faz depender da existência de recursos financeiros as aquisições, a execução de obras ou a atribuição de subsídios e apoios a outras entidades, concluindo-se assim que, se o orçamento estiver sobre orçamentado do lado da receita, a Lei, impede a realização de nova despesa porque esta só pode ser assumida se for verificada a existência de fundos disponíveis para a pagar.-----

----- Também os encargos da dívida transitada de anos anteriores, além de terem que estar inscritos no orçamento do novo ano económico, devem ser os primeiros a ser registados nos fundos disponíveis porque a Lei impõe que só depois de registados esses compromissos se pode avançar com novas despesas, desde que as mesmas tenham cobertura nos fundos disponíveis.-----

----- Resumo dos Fluxos de Caixa.-----

----- O mapa resumo dos fluxos de caixa sintetiza a execução orçamental, permitindo-nos conhecer todos os recebimentos e pagamentos, quer de operações orçamentais, quer de operações de tesouraria, evidenciando também os saldos da gerência anterior e para a gerência seguinte, dividido segundo a sua origem.-----

----- Consideram-se operações de tesouraria as cobranças que a autarquia faz para entidades terceiras nomeadamente Caixa Geral de Aposentações, Segurança Social, Sindicatos e outros, cujos valores são entregues no mês seguinte às respetivas entidades, de acordo com os prazos legais, bem como os valores retidos em dinheiro referentes a cauções e garantias relativos a fornecimentos e empreitada. Trata-se pois, de entradas e saídas de fundos feitas à margem do orçamento, sendo objeto de movimentação contabilística apenas no sistema da contabilidade patrimonial.-----

----- Tendo por base a diferença entre a receita corrente e a despesa corrente, constatamos que o Fluxo de Atividades Financeiras é positivo em dois milhões e duzentos e sessenta e oito mil e trezentos e vinte e seis euros e trinta e sete centimos (2.268.326,37€).-----

----- Na ótica do pagamento, o investimento efetuado pelo Município durante o ano de dois mil e dezoito, foi superior às receitas de capital verificando-se assim que o Fluxo de Atividades de Investimento registou um superavit de um milhão e cento e quarenta mil e oitocentos e setenta e

cinco euros e trinta cêntimos (1.140.875,30€), o que reflete o financiamento de parte do investimento, com a poupança corrente. -----

----- No que diz respeito a recebimentos, no saldo de gerência anterior foi de dois milhões e trezentos e cinquenta e um mil e oitocentos e oitenta e três euros (2.351.883,00€), com a execução orçamental de um milhão e oitocentos e vinte e dois mil e quatrocentos e quarenta e oito euros e noventa e três cêntimos (1.822.448,93€) e com operações de tesouraria de quinhentos e vinte e nove mil e quatrocentos e trinta e quatro euros e sete cêntimos (529.434,07€).-----

----- Nas receitas orçamentais o total foi de treze milhões e sessenta e oito mil e oitocentos e vinte e um euros e vinte e três cêntimos (13.068.821,23€), sendo que de correntes foram onze milhões e quinhentos e cinquenta e sete mil e duzentos e trinta e sete euros e cinquenta e dois cêntimos (11.557.237,52€), de capital um milhão e quinhentos e cinco mil e quatrocentos e noventa e um euros e cinquenta cêntimos (1.505.491,50€) e de outras seis mil e noventa e dois euros e vinte e um cêntimos (6.092,21€).-----

----- Relativamente aos pagamentos, despesas orçamentais totalizaram onze milhões e novecentos e trinta e cinco mil e duzentos e setenta e sete euros e noventa e cinco cêntimos (11.935.277,95€), sendo que de correntes foram nove milhões e duzentos e oitenta e oito mil e novecentos e onze euros e quinze cêntimos (9.288.911,15€), de capital dois milhões e seiscentos e quarenta e seis mil e trezentos e sessenta e seis euros e oitenta cêntimos (2.646.366,80€), saldo de gerência seguinte totaliza três milhões e trezentos e quarenta e quatro mil e oitocentos e sessenta e três euros e oitenta e um cêntimos (3.344.863,81€), sendo que de execução orçamental são dois milhões e novecentos e cinquenta e cinco mil e novecentos e noventa e dois euros e vinte e um cêntimos (2.955.992,21€) e de operações de tesouraria trezentos e oitenta e oito mil e oitocentos e setenta e um euros e sessenta cêntimos (388.871,60€).-----

----- É, pois, neste sentido que propomos para aprovação o relatório de contas do ano de dois mil e dezoito, assim como todos os mapas que fazem parte das respetivas contas, relatório de certificação de contas emitido pelo Oficial de Contas, no qual informo e passo a citar “ As contas do Município de Mogadouro apresentam de forma verdadeira e apropriada em todos os aspetos materialmente relevantes a posição financeira do Município e resultado das suas operações.” -----

- INTERVENÇÃO DO MEMBRO MUNICIPAL ILÍDIO GRANJO VAZ: Pediu para intervir e disse o seguinte:-----

----- “Queria apenas fazer aqui algum reparo relativamente ao documento que nos foi enviado e também chamar atenção para o senhor presidente da mesa da Assembleia no sentido de, para a próxima vez nos fazer chegar pelo menos duas ou três brochuras a cores, porque aquelas que foram

enviadas, não obstante, virem algumas fotos a preto e branco mas de alguma impercetibilidade, ou seja, quase não se percebem e também por outro lado não é a questão das fotos é mais a questão dos números que por serem sublinhados acentuadamente a negrito é preciso quase uma lente para decifrar esses números.-----

----- Pelo menos a mim, que já vou com uma idade mais avançada, portanto eu sei que o original é a cores não fará sentido, pelo menos para nós prepararmos convenientemente o ponto em causa, agradeço que futuramente nos seja enviado a cores, pelo menos um ou dois para o grupo de trabalho que analisa mais em pormenor este documento. Portanto, era um ponto que queria pedir para o futuro.-----

----- O relatório que nos é apresentado decorre como sabem do imperativo legal, concretamente no n.º 2 do art.º 25 e da alínea i) do art.º 33 da Lei 75/2013, de 12 de setembro.-----

----- A obrigação de submissão como refere e muito bem o relatório de contas ao órgão deliberativo, está consignado no n.º1 do art.º 76 da Lei 73/2013, 13 de setembro.-----

----- Até aqui, tudo em conformidade, nada apontar, quanto à forma explícita e à qualidade técnica do documento que louvamos porque está efetivamente bem elaborado. Mas, não nos vamos pronunciar porque para além de serem elaborados segundo os normativos legais estabelecidos no POCAL, como tem sido a prática habitual de todos os executivos, reflete muito bem como tem sido a prática do executivo socialista relativamente à gestão dos dinheiros públicos atribuídos ao nosso Município.-----

----- Competirá, finalmente ao Tribunal de Contas pronunciar-se tecnicamente sobre a sua aprovação ou não aprovação. Em devido tempo, e de acordo com o estatuto de oposição, propusemos algumas recomendações, e até sugestões de investimento autárquico, no sentido de melhorar significativamente o plano plurianual de investimentos e o orçamento para dois mil e dezanove, com vista a, conjuntamente podermos melhorar as condições de vida aos nossos concidadãos.-----

----- Na verdade, lamentamos que as nossas sugestões não fossem minimamente satisfeitas, o que é bem elucidativo do desrespeito que têm para com o partido da oposição aqui representado na Assembleia Municipal.-----

----- Podemos assim afirmar que o partido socialista que gere a autarquia como uma autêntica casa de segredos, omitindo aos vereadores em regime de não permanência, porque apenas vêm às reuniões, informação financeira de correntes avultadas, despesas de correntes e de capital que por força dos investimentos estão diretamente subjacentes aos ajustes diretos que muitas vezes não passarão sequer nas reuniões. É uma questão de transparência, digo eu. -----

----- Da análise ao documento em apreciação destacam-se os seguintes valores: despesas correntes 9.288.911€, despesas de capital 2.646.336€, receita corrente 11.557.223€, receitas de capital o que é assustador 1.505.491€ e despesas de investimento 1.668.805€. Depois temos os saldos, também já o senhor presidente fez referência a eles: saldo de dois mil e dezassete 1.822.448€ e saldo em dois mil e dezoito de 2.955.992€, pelo menos ainda temos saldo, não nos podemos queixar.-----

----- De referir que a taxa de execução global da receita se cifrou em 84,12%, portanto menos 11,78% do que o registado em dois mil e dezassete, facto que obrigará ao incumprimento do n.º3 do art.º56 da Lei 73/2013, competindo agora à DGAL tomar as providências fase ao incumprimento repetido de 85% de não execução da receita.-----

----- Do mesmo modo, surpreende-nos a continuação da degradação da despesa de capital com um valor de orçamento num montante de 7.644.087€, das quais foram executadas apenas, e só, 2.646.336,80€ portanto este diferencial ou foi por excesso ou por defeito, o que significa uma modesta execução de 34,6%.-----

----- Não fora um investimento feito na rúbrica construções diversas com 71,43%, nomeadamente a construção da variante da zona industrial ao IC5 a sinalética e os itinerários pedestres. Estaríamos hoje a refletir um modelo de desenvolvimento que está invariavelmente a ser seguido. Tendo como referência o mapa da evolução e a estrutura de despesa municipal, constata-se claramente que o peso da despesa corrente foi muito superior ao peso das despesas de capital.-----

----- Em dois mil e quinze as despesas correntes representavam 57,3%, em dois mil e dezasseis 71,7%, em dois mil e dezassete 67,8% e em dois mil e dezoito 77,8%, isto num crescendo permanente. Já as despesas de capital sofreram um bónus de desinvestimento, ou seja, em dois mil e quinze 42,7%, em dois mil e dezasseis 28,3%, em dois mil e dezassete 32,2% e em dois mil e dezoito 22,2%.-----

----- Temos consciência que os gastos com o pessoal honorou também estes números e teve um crescimento de 3,87%, portanto o número, e também aceitamos plenamente o número de efetivos, aumentou também com a nossa concordância ao serem reabilitados os precários.-----

----- Verifica-se que, as despesas correntes aumentaram de forma preocupante, facto que merece a nossa atenção e crítica. O que indicia uma prática desequilibrada de gestão onde se privilegiou uma vez mais as despesas correntes em detrimento das despesas de capital, por todas estas razões e porque não temos qualquer responsabilidade política da desorçamentação das contas relativas ao ano financeiro de dois mil e dezoito, o PSD irá abster-se nesta votação e nas seguintes relacionadas com o orçamento municipal da receita e da despesa.”-----

4/10/17

- INTERVENÇÃO DO MEMBRO MUNICIPAL MANUEL LUÍS VARANDAS: Pediu para intervir e disse o seguinte:-----

----- “Na Assembleia Municipal de abril, somos chamados a analisar e aprovar as contas do ano financeiro do ano anterior, ou seja, ler o calhamaço de papel, “que às vezes até vêm a preto e branco, não é Professor Ilídio?”, para o qual não estamos tecnicamente preparados, por esse motivo limitei-me a estudar os pareceres oriundos do gabinete do Revisor Oficial de Contas. E, mesmo assim, há valores registados com alguma complexidade de entendimento, como os números que aparecem no ponto 1, da primeira página do relatório.-----

----- Resultado líquido negativo 2.493.029€, receita cobrada 14.891.270€, despesa paga 11.935.278€, para mim que sou um ignorante, fazendo as contas é um resultado positivo de 2.955.922€.-----

----- A esta informação ainda acresce a situação financeira que vêm no mapa em que apresenta em abril um saldo de quase 4.000.000€.-----

----- Nas minhas dúvidas fui tentar esclarecer-me e um TOC deu-me a explicação técnica com o exemplo seguinte: um exemplo pessoal, a tua empresa comprou e pagou uma máquina agrícola por 100.000€, para efeitos contabilísticos esse valor pode ser dividido por cinco, só contam para despesa 20.000€, ficando os 80.000€ arrumados como ativo tangível. No ano seguinte a empresa investiu mais 100.000€, nesse ano amortizou 20.000€ e entram para despesa outros 20.000€ e ficam arrumados no mesmo ativo 60.000€ anteriores mais 80.000€ desse ano, o que soma a totalidade de um ativo de 140.000€ e assim sucessivamente.-----

----- Se os investimentos forem elevados e as amortizações também, é possível aparecer um saldo líquido negativo, para um resultado financeiro positivo. -----

----- Entendo, que será o caso que eu li no ponto um do relatório.-----

----- Eu entendo também que os investimentos do Município significam em princípio obras, posso entender na minha ignorância que, quanto maior for o resultado líquido negativo, maior será o número de obras lançadas pela Câmara. -----

----- Isso foi a explicação que eu absorvi, não sei se é exatamente assim o que estou a dizer, mas parece-me que não estou a dizer nada de errado.-----

----- Se o documento com o respetivo balanço vêm com os anexos, foram preparados de acordo com os preceitos legais, segundo o parecer do ROC, passo a ler: “ Em minha opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.”.-----

----- De acordo com esta informação, pode esta Assembleia aprovar também as contas do respetivo orçamento aprovado anteriormente.” -----

- INTERVENÇÃO DO MEMBRO MUNICIPAL ALFREDO JUSTINO RIBEIRO: Leu a seguinte intervenção:-----

----- “O relatório e contas é um documento de gestão que não deverá ser olhado como um mero exercício anual, deve ser olhado como o fecho de um ciclo de gestão.-----

----- Permitam-me que me refira a este documento como um autorretrato do executivo socialista. Um autorretrato que deixa a nu a incapacidade de gestão, a impreparação e a profunda falta de ambição para a concretização e a realização.-----

----- É referido na página dezanove do relatório e contas que a arrecadação da receita corrente teve uma taxa de execução de 96,2%, enquanto a de receita de capital se ficou pelos 38,9%. -----

----- Quanto às despesas correntes tiveram uma taxa de execução de 92,36%, enquanto as despesas de capital 34,62%.-----

-----Traduzindo isto para uma linguagem menos técnica e mais entendível:-----

----- As receitas correntes são anualmente inscritas na lei do orçamento de estado, portanto, previsíveis para posterior inscrição no orçamento Municipal. Já as receitas de capital revestem-se de carácter transitório e cobrança ocasional, carecendo de maior capacidade de previsão, coisa que falta a este executivo!-----

----- As despesas correntes são as despesas que podemos associar ao desempenho das atribuições do Município e traduzem-se na obtenção de serviços e bens de consumo corrente, como por exemplo o pagamento dos salários dos funcionários do Município. Estas despesas afetam o património não duradouro do Município, implicando uma diminuição do seu ativo líquido.-----

----- As despesas de capital revelam-se produtoras de rendimento, têm que ver com o investimento, implicam a criação de valor e aumentam o património.-----

----- É na arrecadação de receitas de capital e na realização de despesas de capital que este executivo falha!-----

----- Os dados do relatório de contas são claros e os números não mentem: apenas 38,90% da arrecadação de receitas de capital face ao orçamentado; apenas 34,62% da execução de despesas de capital face ao orçamentado.---

----- Senhor presidente, o senhor falhou!-----

----- O senhor falhou e arrasta consigo o concelho para o falhanço!-----

----- Se este falhanço já é grave, ele agudiza-se quando falamos de arrecadação de receitas, por via dos impostos indiretos - 8,2%.-----

----- As receitas dos impostos indiretos incluem por exemplo as receitas provenientes do IMI e do IMT.-----

----- Esta diminuição é reveladora da situação a que os senhores estão a votar o concelho de Mogadouro, é reveladora do definhar de um concelho,

outrora pujante. É reveladora de uma realidade que os senhores fingem não ver!-----

----- Os senhores são responsáveis por transformarem o concelho de Mogadouro no concelho *Titanic*, onde o concelho se afunda, mas onde não falta música a tocar!”-----

----- Deliberação: -----

----- Após apreciação e discussão, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com vinte e nove (29) votos a favor, oito (8) abstenções e um (1) voto contra da Coligação TODOS POR MOGADOURO PPD/PSD-CDS.PP, nos termos do disposto na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º, anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar os documentos da prestação de contas relativos ao ano financeiro de dois mil e dezoito, o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e a respetiva avaliação. -----

----- Nos termos do que dispõem os artigos 76.º e 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a Assembleia Municipal apreciou ainda os documentos da certificação legal das contas apresentados pelo revisor oficial de contas.

----- 2.3 1.ª REVISÃO DO ORÇAMENTO MUNICIPAL DA RECEITA DO ANO 2019 – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: -

Começou por usar a palavra o senhor presidente da Câmara para dizer o seguinte: ----

----- “Esta primeira revisão do orçamento municipal da despesa e da receita, prende-se efetivamente com a introdução do saldo da gerência do ano anterior naquilo que é o orçamento municipal, tendo sido reduzido naquilo que é a comparticipação dos fundos comunitários da despesa, por isso não há aumento de valores.-----

----- É só mesmo a introdução efetiva daquilo que é a conta de saldo de gerência do ano de dois mil e dezoito para dois mil e dezanove.”-----

----- Deliberação: -----

----- Após apreciação e discussão, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com vinte e nove (29) votos a favor, e nove (9) abstenções da Coligação TODOS POR MOGADOURO PPD/PSD-CDS.PP, aprovar a primeira revisão do orçamento municipal da receita do ano de dois mil e dezanove, na importância de dois milhões, novecentos e cinquenta e oito mil, duzentos e trinta e quatro euros e dois cêntimos (€2.958.234,02), em Inscrições/Reforços e de dois milhões, oitocentos e cinquenta e oito mil, duzentos e trinta e quatro euros e dois cêntimos (€2.858.234,02) em Anulações/Diminuições.” -----

----- 2.4 1.ª REVISÃO DO ORÇAMENTO MUNICIPAL DA DESPESA DO ANO 2018 – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: -

Ouvida a explicação dada pelo senhor presidente da Câmara, no ponto 2.3, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com vinte e oito (28) votos a favor, e oito (8) abstenções da Coligação TODOS POR MOGADOURO

afun
[Signature]

PPD/PSD-CDS.PP aprovar a primeira revisão do orçamento municipal da despesa do ano de dois mil e dezanove, na importância de cem mil euros (€100.000,00), em Inscrições/Reforços e zero euros (€0,00) em Diminuições/Anulações.-----

----- 2.5 GEMINAÇÃO ENTRE OS MUNICÍPIOS DE MOGADOURO (PORTUGAL) E GROSLAY (FRANÇA) – DESIGNAÇÃO DE DOIS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA INTEGRAREM O COMITÉ DE GEMINAÇÃO – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Após apresentação deste assunto pelo senhor presidente da Assembleia, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a lista apresentada à mesa, pelos Grupos Parlamentares do PS e Coligação TODOS POR MOGADOURO, para integrarem o Comité de Geminação entre os municípios de Mogadouro e Grosly, constituída pelos membros efetivos, João de Deus Possacos (PS) e Ilídio Granjo Vaz (Coligação TODOS POR MOGADOURO), e pelos membros suplentes, Eliana Isabel Pereira Magalhães (PS) e José Francisco Bento Sanches Branco (Coligação TODOS POR MOGADOURO).-----

----- 2.6 COMPROMISSOS PLURIANUAIS – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS – AM2 ANO 2019 – PARA CONHECIMENTO: - A Assembleia Municipal tomou conhecimento da listagem, datada de vinte e seis de março corrente, enviada pela Câmara Municipal sobre os Compromissos Plurianuais – Autorização Prévia no Âmbito da Lei dos Compromissos, de contratos iniciados no ano de dois mil e quinze e a terminarem no ano de dois mil e vinte e um. -----

2.7 OUTROS ASSUNTOS

----- APOIO À CRIAÇÃO DE EMPREGO: - A Assembleia Municipal tomou conhecimento da listagem enviada pela Câmara Municipal sobre o apoio concedido às iniciativas empresariais de criação de emprego no concelho. -----

----- SERVIÇO PRESTADO PELAS MÁQUINAS DO MUNICIPIO NAS FREGUESIAS: - A Assembleia Municipal tomou conhecimento da listagem enviada pela Câmara Municipal sobre o serviço prestado pelas máquinas nas freguesias. -----

----- ANÁLISE DAS COMEMORAÇÕES DO 25 DE ABRIL PELA 2.ª SECRETÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, CARLA

ALEXANDRA REIS LOUSÃO: - Leu a seguinte intervenção que a seguir se transcreve:-----

----- “Em nome da mesa desta digníssima Assembleia, agradeço a presença dos membros que participaram nas celebrações das comemorações municipais dos 45 anos do 25 de Abril, pois é importante recordar os valores conquistados de Abril.-----

----- Apesar de ser uma missão difícil, é nosso objetivo integrar a comunidade nestas celebrações.-----

----- Como devem imaginar, organizar estas comemorações requerem um trabalho prévio, um grande planeamento e a colaboração de um grupo de pessoas, que acreditam na causa e dão o seu melhor.-----

----- Este ano, a mesa da assembleia decidiu construir uma imagem visual alusiva às comemorações do 25 de abril adequada a esta digníssima Assembleia, que esperemos que todos já tivessem oportunidade de apreciar.

----- Após o respetivo planeamento e trabalho de bastidores, este ano, as celebrações tomaram corpo na seguinte forma:-----

----- **1.º Exposição – O Poder democrático local – “Conquista do Portugal de Abril”**, exposta na casa da cultura, que posteriormente passará a exposição itinerante. Esta consiste numa síntese sobre os assuntos deliberados nas várias sessões presididas pelos vários presidentes desta Assembleia, desde 1976 a 2017. O trabalho de pesquisa foi elaborado pela Técnica de História Rita Gonçalves, a quem agradecemos o seu empenho e dedicação.-----

----- **2.º Assembleia Juvenil Escolar**, que decorreu na tarde do dia 24, aqui no salão Nobre, foi uma iniciativa da Assembleia Municipal de Mogadouro em parceria com a Escola Básica / JI de Mogadouro do Agrupamento de Escolas, a qual envolveu os alunos do 4.º ano e teve por objetivo a tomada de consciência sobre a importância do 25 de Abril e da democracia participativa, ao mesmo tempo que permitiu aos alunos envolvidos adquirirem competências para os valores da cidadania, refletirem e terem uma voz ativa na apresentação e defesa dos seus interesses em plenário. Participaram nesta Assembleia Juvenil, além dos alunos e professores, a mesa da Assembleia, o senhor presidente da Câmara, o senhor Vice-presidente, as Vereadoras da educação e da cultura, o senhor diretor do Agrupamento de Escolas de Mogadouro, a coordenadora do 1.º ciclo, alguns Membros desta Assembleia, pais e encarregados de educação e o secretário da Associação Nacional de Assembleias municipais, António Afonso. Podemos dizer que a sala foi pequena para tanta audiência. Assim, o nosso muito obrigado a todos quantos contribuíram para o sucesso desta Assembleia escolar.-----

----- **3.º Concerto musical na noite do 24: “Música e poesia de Abril e outras inquietações”** por Ana Afonso e Ana Ribeiro, sendo a primeira parte do concerto realizada por artistas locais: Mino Batista, Filipe Teixeira

e Victor Lopes, aos quais agradecemos a sua disponibilidade e participação.-----

----- **4.º Comemorações oficiais no dia 25 de Abril**, decorreram de acordo com o protocolo habitual, salientando a produção e projeção de um pequeno documentário sobre as memórias à data do 25 de abril de 1974 por Francisco Santos, Antero Neto, Jorge Dias e Virgínia Vieira. Este tipo de documentário, certamente será repetido nos próximos anos, com diferentes testemunhos.-----

----- Agradecemos desde já à equipa que se dedicou à produção dos vários documentos multimédia e aos técnicos de som: Filipe Teixeira, Núria Borges, Rita Gonçalves, Liliana Martins, Hugo Silva e Mário Pinto.-

----- De salientar o empenho e a dedicação da equipa envolvida na limpeza, organização, decoração e confeção do almoço: Paula Escobar; Liliana Martins; Maria Patrocínio; Eugénia Silva e Comissão de festas Nossa Senhora do Caminho.-----

----- Agradecemos também à equipa responsável pela poesia e música: Rui Silva, Manuel Francês, Paulo Carvalho, Cláudia e Beatriz.-----

----- O nosso muito obrigado a cada um dos elementos da Banda Filarmónica dos Bombeiros Voluntários de Mogadouro e ao seu maestro Igor Careca por abrilhantarem este dia, bem como aos bombeiros que fizeram Guarda de Honra: Ramiro Anjos; Luís Lagareiro; Armando Fernandes; Nuno Lopes; Paulo Guedes; Carlos Jordão; Paulo Pinto; Gisele Ribeiro, José Fernandes e ao comandante José Carrasco e segundo comandante Ricardo Canhoto.-----

----- Para terminar, deixar um agradecimento especial à colaboradora desta Assembleia, Liliana Martins que foi empenhada, responsável e incansável para que estas comemorações atingissem os seus objetivos.-----

----- Para todos aqueles que direta ou indiretamente participaram e contribuíram para estas comemorações, e que por ventura nos esquecemos de mencionar o nosso bem-haja por participarem nesta festa da liberdade e da democracia!!!-----

----- Que no próximo ano, possamos contar com mais presenças dos membros que representam esta digníssima Assembleia.”-----

- **INTERVENÇÃO DO MEMBRO MUNICIPAL MANUEL LUÍS VARANDAS:** Pediu para intervir e referiu o seguinte:-----

----- “Começa a ser vulgar nas últimas Assembleias atacar diretamente o executivo eleito pelo Partido Socialista: incompetente, incapaz, falha, leva o concelho para o abismo. Tenho pensado seriamente, será que isto é alguma dor de cotovelo?-----

----- Porque quando é nas votações, essa incapacidade, esse falhanço não se reflete? Não foram só os socialistas que elegeram este executivo, que eu saiba, o PSD é maioritário neste concelho para eleições legislativas.-----

----- Então se este executivo socialista falha, os membros eleitos, os

vereadores e o presidente da Câmara é o mesmo que no mandato anterior, então se o executivo é o mesmo, expliquem-me lá, como é possível um executivo que falhou, levou o concelho para o charco, que só faz asneiras, não faz nada de jeito, ganha as eleições com uma maioria nunca antes vista.-----

----- Cada vez que nós temos de votar aqui um orçamento, como hoje, e se ataca o executivo, o senhor presidente da Câmara, será que vocês estão a pensar que foi por ser o excelentíssimo senhor presidente da Câmara Francisco Guimarães do PSD durante anos.-----

----- E agora, penso eu que é independente mas que está à frente de um governo Socialista que isso lhe dá um bocado de dor.-----

----- As oposições têm todo o direito de fazer oposição, para isso é que são eleitas, agora permanentemente, falhou, não tem capacidade, só falha, mas depois não deve ser assim tão verdade, porque nós vamos às votações e os votos são sempre muito superiores ao número de membros eleitos pelo Partido Socialista.-----

----- Espero que daqui a dois anos a derrota infligida, espero que não seja Coligação para apanharem uma derrota maior. Os votos são sempre difíceis de contabilizar porque é uma Coligação Todos por Mogadouro.-----

----- Espero eu, e estaremos cá para ver, se efetivamente, este executivo falhou, porque se falhou têm todo o direito de ser penalizado nas próximas eleições.-----

----- Penso que não será o caso, e daqui a dois anos veremos como os munícipes de Mogadouro, como vão analisar o executivo destes quatro anos.”-----

- INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

JORGE JOSÉ MARTINS DIAS: O senhor presidente da Assembleia Municipal, chamou a atenção dos Membros para a necessidade de se inscreverem atempadamente sobre os assuntos apresentados. Realçou, entretanto que, por sua iniciativa, nunca tinha cortado a palavra a nenhum Membro de qualquer grupo parlamentar, desde que os assuntos merecessem o respetivo interesse.-----

----- Houve, no entanto, um diálogo menos oportuno entre o senhor presidente da Assembleia Municipal e o membro, Ilídio Granjo, usando o senhor presidente o estatuto e o direito que tem nesta Assembleia Municipal.-----

- INTERVENÇÃO DO MEMBRO MUNICIPAL JOSÉ FRANCISCO

BENTO SANCHES BRANCO: Pediu para intervir e referiu o seguinte:---

----- “Pegando nas palavras do deputado Manuel Varandas, acho que o direito de oposição faz bem a esta casa. Acho que ninguém maltratou ninguém. Agora vamos puxar um bocadinho a fita uns anos atrás, quando o Manuel Varandas estava aqui nesta sala e ali estava o Dr. Machado, o senhor esteve cá o primeiro mandato do Dr. Machado e o senhor era da

oposição, recorda-se da oposição que o senhor fazia? Pronto, só o quero lembrar a si, que é bom estar aí desse lado quando se está na oposição e é bom quando se está no poder. Fico por aqui, mas é bom estar nos dois lados.-----

----- Em relação ao vinte e cinco de abril, senhor presidente da Assembleia eu ponho aqui um repto; para o próximo ano ser criado um grupo de trabalho de todas as forças políticas representadas nesta Assembleia.-----

----- Já tivemos essa conversa, que foi trabalhoso para si e para as suas secretárias, e eu do lado da oposição disponibilizo-me para ajudar e acho que deve ser criado aqui um grupo e entrarmos num vinte e cinco de abril diferente, para chamarmos mais gente.-----

----- Em relação à Assembleia Juvenil, eu dou-lhe os meus parabéns pelo excelentíssimo trabalho, sei com alguma certeza que vai ser reconhecido esse trabalho e gostaria de saber o seguinte:-----

----- Se, candidataram a atividade ou a Assembleia a algum projeto ou não, pela sua parte, pela Câmara, pela Escola, gostaríamos que nos esclarecesse isso, porque esteve cá um membro a analisar a Assembleia e penso, pela opinião que tive dos professores dessa reunião, foi muito boa, só foi pena não ser num dia como o vinte e cinco de abril à tarde, para reunirmos mais gente, e se calhar nesse dia teríamos muita mais gente nas comemorações.-----

----- Outra situação, que algumas pessoas aqui não sabem, mas estão aqui quatro pessoas que vão ter reunião da CIM, aqui em Mogadouro. Dou-lhe os parabéns por pedir à CIM a descentralização e vir a Mogadouro fazer a reunião. Qual é o meu espanto, a reunião da CIM foi marcada para a Casa das Artes e agora à última da hora, na sexta-feira, foi alterada para o Salão Nobre, porque a Casa das Artes não tem aparelho de gravação para gravar.-----

----- E agora, outra situação, aqui não há *internet*, nós temos condições belíssimas na Casa das Artes, porque é que não têm aparelho de som, e aqui se é o Salão Nobre da Câmara, porque é que não há *internet*.-----

----- É este o ponto de situação que eu queria realçar.-----

----- Só outra situação, o mapa dos serviços prestados às freguesias, penso que não pode ser feito nos outros assuntos, porque isto é de lei geral, é obrigatório, têm de ser um ponto específico para esta situação, não pode ser nos outros assuntos.-----

----- O documento da criação de emprego, como é uma situação própria da Câmara que o criou, este pode ser em outros assuntos, mas esse das obras e das máquinas nas Juntas de Freguesias não, porque é de lei e tem de ter um ponto específico.”-----

- RESPOSTA DO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, JORGE JOSÉ MARTINS DIAS, À INTERVENÇÃO DO MEMBRO MUNICIPAL JOSÉ FRANCISCO BENTO SANCHES BRANCO: -

L. J. P.

“Em relação ao grupo de trabalho, nós já tínhamos ponderado essa hipótese para o próximo ano, portanto, em princípio vai ser criado, se tudo correr dentro da normalidade. Realmente, compreende-se que exista um grupo de trabalho para tratar das comemorações do vinte e cinco de abril.-----

----- Quanto à candidatura que se elaborou para a Assembleia Juvenil escolar, fez-se uma candidatura à ANAM – Associação Nacional das Assembleias Municipais, porque foi criado por essa associação um prémio de âmbito escolar. Nós, Assembleia, candidatamos a Assembleia Juvenil a esse prémio. A candidatura foi elaborada pela secretária da mesa, Carla Lousão, conjuntamente com outras pessoas.-----

----- Em relação à deslocalização da reunião da CIM para o Salão Nobre, deve-se precisamente, porque lá não existe som e aqui existe a facilidade do som e da gravação, resolveu em última hora o Secretário Geral. Falou com o senhor presidente da Câmara e decidiram mudar para aqui a reunião.-----

----- Em relação há *internet*, nós já solicitamos numa Assembleia, que existisse *internet* no Salão, *internet* livre, pois acho que aqui há *internet*, o que não há é acessibilidade. Não sei como podemos ter essa acessibilidade para toda a gente?-----

----- Portanto, é um problema que tem de ser reformulado pelos serviços técnicos da Câmara e vão com certeza solucionar esse problema.”-

- **INTERVENÇÃO DO MEMBRO MUNICIPAL ILÍDIO GRANJO VAZ:** Pediu para intervir para referir o seguinte:-----

----- “Eu pedi a palavra para clarificar aqui uma questão, mas pronto, não fui bem compreendido e depois de ouvir as palavras da senhora segunda secretária, relativamente ao modo como se passaram aqui as festividades do vinte e cinco de abril, e que eu tive a honra de participar, espanta-me, pois também ouvir determinado tipo de coisas; “e quem não se sente não é filho de boa gente”, mas eu não me senti atingido, porque penso que não foi para mim, mas uma coisa é certa, o vinte e cinco de abril teve as suas repercussões, e as suas repercussões foi, a concessão de liberdade, expressão e de opinião, e temos que perceber, que temos que aceitar esses pressupostos como fatores que enriquecem a nossa democracia.-----

----- Aquilo que eu tenho a dizer sobre aquilo que ouvi, não apontando nomes, nem melindro nem quero melindrar ninguém, só que, da minha parte não recebemos lições de partidários militantes, os outros podem dizer as mesmas coisas. Agora há uma questão, que me preocupa senhor presidente da Assembleia: o senhor diz que sou eu, eu digo que é o senhor, já é a segunda ou terceira vez, quando entramos assim num diálogo menos oportuno, que aplica o adjetivo ressabiados. Ressabiados, mas ressabiados porquê? Olhe que isto é um adjetivo impróprio para um presidente da Assembleia Municipal, com toda a frontalidade e, olho nos olhos devo dizer, abstenha-se, porque o senhor até é uma pessoa com formação e com

Yisa
[Signature]

educação, abstenha-se de aplicar adjetivos que o presidente da mesa não pode aplicar, embora as vezes lhe apeteça dizer e mais, eu também não lho merecia.-----

----- Porque, eu fui presidente da Assembleia três mandatos, impera a lei da democracia, e o povo é quem mais ordena, o povo escolheu-o a si para ser presidente da Assembleia, é presidente da Assembleia com o apoio de todos os que votaram em si e os que não votaram em si, o senhor é o meu presidente da Assembleia neste momento. Fomos ao desafio o senhor ganhou e eu perdi. Eu ganhei doze anos consecutivos, o senhor vai no primeiro, e já lhe disse, oxalá que chegue aos doze.-----

----- Portanto, não lhe quero mal nenhum, porque eu não vou para lá mais, agora uma coisa é certa, a educação, principalmente na casa da democracia diz respeito a toda a gente, e a si tem duplas responsabilidades na medida em que é o presidente deste órgão e é presidente deste órgão até que nós queiramos, porque quando não o quisermos deixa de ser presidente deste órgão, e eu quero que continue a ser presidente deste órgão, que fique bem claro. Agora, determinadas coisas que, este ressabiado, já não é a primeira vez, nem a segunda, nem a terceira que o aplica e eu não lho mereço, porque eu como interveniente do vinte e cinco de abril, como escrupuloso em todas as minhas responsabilidades políticas ao longo do vinte e cinco de abril, eu sempre participei no vinte e cinco de abril e portanto não estou aqui para me chamarem ressabiado.-----

----- Ressabiado, como o próprio nome indica, é uma pessoa que tem imensos problemas e tem ostentação de poder, eu não tenho ostentação de poder nenhuma, porque respeito quem ganha eleições, por conseguinte meu caro amigo eu não molestei ninguém, nem é meu apanágio molestar ninguém.-----

----- Tenho respeito por todos, agora espero bem que o senhor presidente faça uma reflexão intrínseca sobre aquilo que diz e como diz, de maneira a não incomodar aqueles que foram eleitos quanto o senhor.”-----

- **INTERVENÇÃO DO MEMBRO MUNICIPAL ALFREDO JUSTINO RIBEIRO:** Pediu para intervir para referir o seguinte:-----

----- “Eu senti que as palavras eram dirigidas a mim claramente. Proferiu, ou anda a ler as minhas intervenções, ou está atento às minhas intervenções, isso é de realçar.-----

----- Portanto, mas “*Bem Prega Frei Tomás*”, “*Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades*”, aqui estamos, aqui chegados, temos que respeitar as regras da democracia, e as regras da democracia, penso que não ofendi ninguém, portanto as minhas intervenções vão continuar para o vosso descanso, assim espero.-----


----- Relativamente à atuação do atual executivo, é a minha opinião, falo por mim próprio e não sou megafone de ninguém. Só recordar-lhe e diretamente para si engenheiro Manuel Varandas, por quem tenho toda a

consideração e respeito, estive consigo há cinco dias atrás nas festividades do vinte e cinco de abril, onde colocou na lapela do seu casaco um cravo vermelho, penso que isso será um simbolismo para si que viveu o vinte e cinco de abril, espero e faço votos que o vinte e cinco de abril seja todos os dias, e que seja um vinte e cinco de abril para futuro.”-----

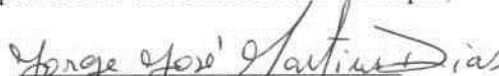
----- **LEITURA DA ATA EM MINUTA:** - No final da sessão e, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 57.º, anexo I, da Lei n.º 75/2018, de 12 de setembro e do n.º 6 do artigo 34.º do Regimento da Assembleia Municipal de Mogadouro, com vista à excecutoriedade imediata, a segunda secretária da Mesa, Carla Lousão, procedeu à leitura da ata em minuta que foi aprovada, por unanimidade. -----

----- Eram onze horas e quarenta e cinco minutos, quando o senhor presidente da Mesa, deu por encerrados os trabalhos, do que, para constar, se lavrou a presente ata que eu, Anabela Mendes Pereira, primeira secretária desta Assembleia Municipal, redigi e subscrevi: -----

A 1.ªsecretária,


(Anabela Mendes Pereira)

O presidente da Assembleia Municipal,


(Jorge José Martins Dias, prof.)